

<u>ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO FÉLIX DA MARINHA</u>

Vila Nova de Gaia

ATA Nº 12

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO FÉLIX DA MARINHA

Em 28 de Junho de 2024, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, sito no Largo da Igreja nº 45 em São Félix da Marinha, Pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniram em Sessão Ordinária, os membros da Assembleia de Freguesia de São Félix da Marinha.

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia.

Nuno Albino dos Santos Morado Leite (PS), Vítor Manuel Oliveira Sousa (PS), João Rogério Leite Oliveira (PS), Liliana Costa (PS), José Manuel Duarte (PS), António Manuel Oliveira Rocha (PS), Cláudia Barbosa Guimarães (PS), José Manuel Faria (PSD), Miguel Ângelo Faria(PSD), Vítor Hugo Pereira(PSD), Rosa Célia Almeida (PSD), e Raquel Ramos (CDS/PP).

O membro do CDS, Eugénio Gomes, pediu a suspensão do mandato sendo substituído Raquel Ramos.

A sessão foi presidida por Nuno Albino Morado Leite e secretariada por Vítor Manuel Sousa primeiro secretário e Isabel Alves Zenha, segundo secretário.

Pelo executivo estiveram presentes os seguintes elementos: Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Presidente da Junta, Rui Ramos, Secretário da Junta, Catarina Sousa, Vogal da Junta e André Granja, Vogal da Junta.

Às vinte e uma horas e trinta minutos, depois de feita a respetiva chamada, foi pelo Presidente da Assembleia aberta a Sessão com a seguinte ordem de trabalho:

- 1- Período de antes da ordem do dia.
- 2- Período de intervenção do público.
- 3- Período da ordem do dia
 - 3.1 Apresentação, discussão e votação das atas nº 11.
 - 3.2-Informação sobre o Relatório do Tribunal.
 - 3.3 Análise da informação do Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade, por si ou pela Junta exercida. No âmbito da competência própria ou

delegada, bem como da situação financeira, alínea e), ponto 2, art.º9 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

1 – Período antes da ordem do dia

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia para informar e ler um documento enviado á Junta e Assembleia de Freguesia (Doc. Nº 1 e Doc. Nº 2).

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Pinto, pedindo desculpas á família do Senhor António Almeida, afirmou que tinha sido a junta a pagar o anuncio da morte no jornal mas não foi verdade em contacto com o Agente Funerário foi informado que somente foi dada a palma de flores ,por isso mais uma vez pedia muitas desculpas.

Tomou a palavra José Manuel Faria, referindo que se congratulava em concordância com o Presidente do PSD e Primeiro Ministro pela eleição de um português o antigo Primeiro Ministro Dr. António Costa para Presidente do Concelho Europeu, independentemente do partido que representa, tudo resultou dum diálogo, duma proposta abrangente, independentemente das discordâncias internas, é com grande satisfação, depois de Durão Barroso e António Guterres foi eleito um Português que vem elevar o nosso país e de certa forma demonstrar que Portugal apesar da sua dimensão tem pessoas que têm capacidade para ocupar cargos importantes e representar bem o nosso país, continuou a intervenção referido que á cerca de dois meses nesta mesma sala houve uma reunião do Partido Social Democrata, para fazer uma apresentação em que o convidado, foi o antigo Presidente da Câmara da Vila da Feira, Emídio Sousa que é atualmente Secretário de Estado, tendo estado ligado em anos anteriores á Câmara de Gaia, nas Águas de Gaia, por isso ligado a muitas infraestruturas feitas no nosso Concelho, foi um dos responsáveis pela construção e planificação da rede de saneamento, que viabilizaram o crescimento do nosso concelho, referindo que na sua passagem pelo Concelho da Feira em que foi presidente da Câmara, foi um dos impulsionadores da criação de espaços para a criação de armazéns e empresas industriais, deu por isso o seu testemunho e explanou a estratégia que defendeu e demonstrou a ajuda e apoio que o executivo concelhio deu á gente de Santa Maria da Feira, para o seu desenvolvimento , continuou a intervenção referindo que teve conhecimento dum prejuízo de 500 mil Euros em Vila Nova de Gaia , temos uma zona industrial que nós consideramos aquando do nosso manifesto eleitoral das autárquicas, consideramos um dos pontos

fulcrais a explorar pela sua localização e dimensão, pela proximidade ás estruturas viárias e temos um edifício no local que funciona com incubador de novas empresas, para poderem crescer noutros espaços e não funcionarem ocupando duma forma permanente aquele espaço, funcionando como parasitas continuou a intervenção, referindo que o comportamento da Câmara não tem sido o melhor para ajudar, porque teve conhecimento de alguém que queria fazer um investimento industrial, mas pelas infraestruturas que são exigidas em questão de custos, põe em causa o investimento industrial , ao contrário de Santa Maria da Feira as estruturas foram criadas em primeiro lugar, para poderem atrair potenciais investidores no nosso caso não é isso que se está a fazer por isso na sua opinião é muito negativo.

Tomou a palavra Vítor Hugo, começou a intervenção referindo que iria focar um tema que tem sido utilizado nos últimos anos, nos dez anos do reinado do PS, que referem que o endividamento, que tiveram que suprir em 2013, deixado pelo executivo anterior PSD/CDS, era um impedimento para a feitura de infraestruturas no Concelho e dar seguimento ás obras iniciadas anteriormente, em 2013 quando assumiram a gestão do Município de Vila Nova de Gaia, herdaram uma divida de 300 milhões de Euros, essa divida segundos nós sabemos era uma divida consolidada era uma divida da Câmara e de todas as Empresas Municipais, por isso o PSD quer desmistificar mais uma vez a questão da divida para deixar de ser o motivo para o PS para a não realização de infraestruturas e investimento no Concelho porque na nossa opinião não podemos considerar este investimento de 300 milhões como divida mas como investimento porque verificamos que passados estes 16 anos estão a ter retorno e a ser positivos para Vila Nova de Gaia e para os Gaienses, referiu que foram feitos investimentos durante este período que originaram a tão propalada divida, desde saneamento básico cerca de 90º da rede e durante os últimos dez anos pouco foi feito do que falta, temos Gaienses que ainda não têm acesso ao saneamento básico, tivemos infraestruturas da mais variada ordem, Habitação Social, reabilitação da Orla Costeira quer Zona Ribeirinha, vias de comunicação, estruturas viárias estradas (VL8 e VI10), verificamos que nestes últimos anos tem sido uma miragem e não têm sido feitas obras que justifiquem o endividamento atual esse sim consideramos um endividamento excessivo que temos vindo a assistir nos últimos anos, em Maio de 2024 a Câmara anunciou um endividamento de 18 milhões de Euros, em 2023 em 30 milhões mais 6 milhões, em 2022 18,5 milhões segundo o Presidente da Câmara este

endividamento de 2022 seria o ultimo, perfaz atualmente a divida da Câmara 160 milhões de Euros, sem contar com as empresas municipais, perguntamos nós o que representa esta divida em Vila Nova de Gaia, verificamos que houve um aumento da despesa com pessoal que já supera a receita direta da Câmara, vemos a divida a aumentar mas sem que a vida dos Gaienses e em especial dos São Félix Marinhenses continue a melhorar nos vários sectores, nomeadamente a nível da habitação, mas temos visto pouco a ser executado em Vila Nova de Gaia e São Félix da Marinha, verifica-se um aumento significativo da fatura da água, numa família de quatro pessoas com um gasto de 28 metros cúbicos, a fatura aumentou cerca de 20%, temos a questão dos transportes em que a rede UNIR continua a ser insuficiente, deixando as pessoas apeadas, com alteração das rotas e carreiras suprimidas, o que vemos é que o PS, da tão almejada divida que herdaram colhem receita dando como exemplo a receita do IMI que era de 50,5 milhões passou para 100 milhões de Euros, praticamente o dobro, o IMI é o imposto sobre imóveis as infraestruturas que foram criadas nesse tempo permitiram este aumento de receita se continuasse a investir em infraestruturas a habitação própria o Concelho teria maior receita á custa deste investimento que chamam divida, para justificar a inoperância e incapacidade de realizar obra e melhorar o nível de vida dos Gaienses e São Félix Marinhenses, referiu como exemplo uma obra prometida para São Félix da Marinha em 2017, com muita pompa nesta sala pelo Presidente da Câmara, em que o Pavilhão Desportivo iria ser construído na freguesia, sabemos que em 2023 já foi inserido no orçamento, mas estamos em 2024 e ninguém sabe onde está a pedra para iniciar a obra.

Tomou a palavra Liliana Costa referindo que parece que estamos a chegar ao período eleitoral falta um pouco mais, estando por isso a olhar para os anos passados, dizer que 300 milhões de divida foi como investimento é estar no limite do que é o crescimento em Vila Nova de Gaia, mudou-se a gestão os planos e opções são diferentes, optou-se por outra decisões, Educação, Metro, Apoio Social, a Unir apesar dos contratempos, por isso há diferentes opções o partido é outro, por isso assumir que o endividamento que sobrou para gestão do PS, assumir que é um investimento serve para alertar que quando houver mudança isto volta a acontecer entendo que não é forma de fazer politica.

Tomou a palavra o Presidente da Junta, começou a intervenção referindo que em relação ao pavilhão desportivo, vai para concurso, segundo informação da Câmara já

existe cerca de 2 milhões para iniciar a obra, ela só começará em 2024 não será concluído neste manda-to, mas o importante é que a obra se inicie, continuou a intervenção referindo que em relação ao comentário de José Manuel Faria a sua opinião é igual, referindo – se á zona industrial a manter – se estas ideias, não vai desenvolver – se o nosso Concelho é lamentável, isto já vem da governação do tempo do PSD referiu que nessa altura ele próprio queria fazer um investimento no local e a Câmara liderada pelo Dr. Filipe Meneses queria que eu fizesse as infraestruturas todas, na altura ainda não tinha dinheiro para o pavilhão como os custos eram elevados abandonei a feitura do investimento, se a posição do atual executivo for a mesma é lamentável, porque obrigar o investidor a fazer as infraestruturas todas, torna inviável o projeto, continuou a intervenção referindo em relação á zona Tecnológico vai ser construído um novo edifício com 17000 metros quadrados Inova Gaia 2, referiu também que uma empresa que já existe no local queria adquirir um terreno para construir um novo pavilhão, abordou a Junta mas não há terrenos e o mais grave é que existe várias empresas que querem investir mas os valores que os proprietários dos terrenos pedem por eles tornam inviável qualquer investimento.

2 – Período antes da ordem do dia.

Inscreveram – se, Luís Oliveira, Mónica Almeida e Vítor Duarte.

Tomou a palavra Luís Oliveira, começou a intervenção referindo que iria focar um tema que o preocupa, iria focar um assunto que preocupa a Freguesia e pode pôr em causa o funcionamento, do órgão executivo que rege os destino desta freguesia, há um cheque mal passado de 55700 Euros aproximadamente, é um caso de 2011, referindo que não podia deixar de estar preocupado, quer como cidadão quer como autarca desta freguesia, por isso venho prestar a minha solidariedade para com o executivo, na forma como podemos resolver esta situação, mas deixar também algo que as pessoas no geral possam compreender esta situação, referiu que esta situação aconteceu em 2011, efetuaram um pagamento passando um cheque, contra um recibo duma empresa que já estava numa situação de insolvência, estando todos os créditos e débitos entregues á Caixa Geral e Depósitos, o pagamento foi feito corretamente mas quem paga mal paga duas vezes, este problema só apareceu em 2013, se fosse antes

A DA MAR cairia no mandato que eu fiz parte, mas em 2013 houve mudança de gestão da Junta de Freguesia que apanhou com o processo, referiu também que prestar a sua solidariedade pelas pessoas que cometeram este ato de negligência, na sua opinião houve má fé da empresa que recebeu o cheque, no mandato de 2013 a 2017 dei a opinião e defendi que se devia agir contra a empresa Georumo que continua a existir agora com outro nome, mas com dois administradores da empresa anterior a empresa está sediada em Braga, mas acima de tudo, com esta situação que vai transitar em julgado, referiu que o saldo da Junta é de 70000 Euros não chega para pagar o montante e os juros, mas o que queria deixar como cidadão, a minha apreensão e solidariedade não só para quem cometeu essa ilegalidade, porque por engano foi emitido um cheque contra um recibo de uma empresa que emitiu um recibo quando já não o poderia fazer, referiu que este valor foi para pagar as obras no Complexo Desportivo que foi inaugurado em 2007, na altura eu era Presidente do Clube e Presidente da Assembleia de Freguesia, continuou a intervenção referindo que na sua opinião a Junta deveria utilizar todos os meios necessários para a resolução do problema, deveria pedir ajuda á ANAFRE, porque tem um fundo de maneio para ajudar as freguesias que têm dificuldades, suportada em património da freguesia, ou a junta contrair um empréstimo que possa ser alongado no tempo para que os funcionários e colaboradores da junta não sofram com esta penalização e existe um apoio jurídico, por isso tem que haver um apoio unânime na Assembleia de Freguesia para resolver a resolução do problema, por fim para terminar, queria referir algo muito importante quem cometeu o erro, cometeu-o de boa fé não usufruiu de qualquer benefício próprio, foi em prol da freguesia, pagou o serviço, pagou erradamente, porque houve má fé duma empresa que emitiu um recibo que não poderia fazer, mas na sua opinião a agência bancária nunca poderia pagar aquele cheque, mais referiu que na sua opinião não deveria passar para o exterior, quem cometeu o erro, foram as pessoas que assinaram o cheque foram duas o Presidente da Junta e a tesoureira, numa reunião da Junta que foi aprovada por unanimidade e teve de se dar prévio conhecimento á Câmara que culminou neste desenlace infeliz, por isso a culpa não deve ser imputada a A ou B, o que aconteceu é que se pagou mal a uma empresa que atuou de má fé, com a cumplicidade duma dependência bancária, o problema arrastou-se estes anos todos, infelizmente tivemos um acórdão primeiramente favorável e depois um recurso que levaram a outra decisão a penalizar a freguesia, por isso a sua solidariedade neste assunto era total, fazendo votos para a Junta de Freguesia não seja prejudicada nesta situação.

Tomou a palavra Mónica Almeida, referindo que em seu nome e da sua família, aceitava o pedido de desculpas do Senhor Presidente da Junta, referiu também que é bom reconhecer os erros, mas que se devia pensar bem naquilo que dizemos, onde dizemos, tendo em atenção os cargos que ocupamos, fazendo afirmações sem ter a certeza podemos criar situações desagradáveis ou graves.

Tomou a palavra Vítor Duarte, começou a intervenção, referindo que iria falar sobre um problema que já tinha abordado anteriormente quando fez parte da Assembleia de Freguesia e nunca foi resolvido, por isso iria falar do Pórtico que existe na A29 em Gulpilhares, lamentava por isso a falta de peso político do PS concelhio, por não ter conseguido reverter aquela situação o pagamento das portagens que está a ser praticada aos Gaienses e em particular aos São Félix Marinhenses e Arcozelenses, que mais sofrem com o seu pagamento, lamentava mais uma vez que o PS não tenha peso político para resolver a situação, por isso perguntou se já foi feito alguma coisa para resolver a situação e para repor a legalidade, foi um roubo que fizeram a São Félix e Arcozelo suprimiram a estrada nacional 109 e construíram a A29 e a partir daí estão a cobrar portagens que é injusto e revoltante , mais afirmou que por este governo foi aprovado, sob proposta do PS, acabar com as portagens noutros pontos que provavelmente não deveriam reverter e naquele que nunca deveria ter começado mantém-se e provavelmente nos próximos cinco anos quando acaba a concessão da obra.

- 3 Período da ordem do dia.
- 3-1 Apresentação, discussão e votação da ata nº 11.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, referindo que a votação seria adiada para a próxima, Assembleia de Freguesia.

3-2 Informação sobre Relatório do Tribunal

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, informando que os elementos da assembleia, têm na sua posse o relatório do tribunal, em que esta junta está condenada a pagar o valor que foi mal pago e respetivos juros.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta, começou a intervenção referindo que, como foi referido anteriormente ANAFRE, não pode ajudar, referiu que alem do valor ainda vão ser acrescidos os juros e a despesa com o processo, mais informou que a junta está a negociar com a empresa que detêm o processo, a ABP, estamos a aguardar notícias a conta é para pagar, mais informou que há uma proposta que é dar 3 a 4 mil Euros mensais até ao fim do mandato e depois continuar mais cinco anos, é

um processo difícil que vai cair no próximo mandato, não sei se a junta vai chegar a acordo ou não, temos outra situação, estou a conversar com a Câmara, ela não pode fazer este pagamento, há uma alternativa a junta tem um terreno na Calçada Romana que pode vender á Câmara, temos por isso que fazer uma Assembleia Extraordinária para aprovação é um problema difícil que vai levar a junta a tomar uma posição na gestão, referiu que uma junta teve o mesmo problema esteve meio ano sem pagar aos funcionários, por isso vamos ver o que acontece, comentou que pode não ter havido má fé nesta questão mas o que vier a acontecer tem de passar na Assembleia de Freguesia.

Tomou a palavra José Manuel Faria, referido que não acrescentaria muito mais do que foi dito até agora, está solidário com a junta, referiu que o tribunal ajuizou que não houve má fé e benefício em proveito próprio daqueles que cometeram a irregularidade, mais comentou que o processo tem que ser resolvido agora na totalidade ou em partes que vão ser deixadas para o próximo executivo da junta, por isso estamos abertos para que quando houver alguma decisão ela virá a uma Assembleia de Freguesia estamos abertos e a bancada do PSD estará aqui para colaborar.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, este problema tem que passar por uma Assembleia de Freguesia, que vai ter que decidi, por isso faço um apelo para que todos os elementos da Assembleia, pensem no assunto é um problema de todos, Junta e Assembleia, espero que se encontre uma solução a menos penosa para a instituição e que o funcionamento da junta não sofra com o problema, por isso vamos pensar um pouco, é pena que um certo amadorismo das pessoas levem a estas situações.

3-3 Análise da informação do Presidente da Junta de Freguesia ,acerca da atividade, por si ou pela junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira, alínea e), ponto 2 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Tomou a palavra José Manuel Faria, começou a intervenção pedindo esclarecimentos e informações começou por informar que relativamente á iluminação na Avenida das Árvores ela não está uniforme apresenta muitos focos apagados por isso perguntou se já houve alguma movimentação para debelar o problema, porque é um local de estacionamento de automóveis e muitas pessoas vêm dos comboios por isso a iluminação faz falta, continuou a intervenção referindo que estamos no verão e na Praia da Granja á beira mar existe um muro danificado em muito maus estado e pode provocar acidentes por isso perguntou se já foi tomada alguma posição para a resolução do problema, abordou outra questão, em relação á Estrada de Brito, foi

pavimentada mas constava a feitura dos passeios que não foram feitos, sendo necessários já que no local existem estabelecimentos comerciais, centro de saúde, referindo também que se fez a remarcação da via mas fala entre os semáforos e o Centro de Saúde onde os limites laterais não estão assinalados, continuou referindo que na Rua S. João não há marcações, perguntou se estava previsto ou não, continuou a intervenção para abordar o problema na Rua Oliva Teles, referiu que no último ano houve cerca de sete acidentes, ainda lá está no sentido ascendente um poste de iluminação derrubado, o arruamento necessita de alguma intervenção para amenizar o problema, dado que local existe o acesso ás escolas e espaços comerciais, por isso é uma situação preocupante, referiu também que na cabine da Rua Cabine de Moinhos houve uma intervenção mas ficou um pequeno barranco que tem provocado acidentes ás viaturas, por isso perguntou se havia alguma possibilidade de intervenção para minorar o problema, por fim referiu outro problema em relação ao terreno onde se faz a Feira Semanal e a Semana cultural, perguntou em que moldes foi feito o protocolo com o Instituto da Juventude e a sua duração.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Pinto, referindo que o espaço onde se faz a Semana Cultural e a Feira existe um protocolo com o Instituto da Juventude é simples logo que o Instituto necessite do terreno notifica a Junta ele é devolvido no espaço de trinta dias, continuou a intervenção em relação á Rua Oliva Teles informou que já notificou a Câmara de Gaia para tentar minorar o problema, nomeadamente uma rotunda na zona das escolas estamos a aguardar, mais informou que em relação á Rua de S. João não vai haver nenhum tipo de sinalização, a pavimentação foi um problema, depois de muita discussão finalmente a rua foi totalmente pavimentada, em relação á Estrada de Brito não vai haver mais sinalização para a feitura da sinalização, mais informou que a Câmara tem uma proposta para a feitura dos passeios o processo não é fácil alguns moradores não aceitam ceder terreno para sua feitura, em relação à Avenida das Árvores, é um problema complicado, quando fizeram as obras de melhoramento, colocaram os cabos da eletricidade debaixo da raízes das árvores, por isso estão todos partidos, tem que haver uma nova intervenção a Câmara não tem verba para efetuar a obra, por fim referiu que em relação ao muro na Granja junto á praia , teve uma reunião no local, tem que ser as Águas de Gaia a solicitar à APA para fazer a intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o saldo da Junta em 27/06/2024 era no Banco Português do Investimento de 70.552.97 Euros e no cofre da Junta 321.47 Euros.

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia convidou todos os presentes a visitarem e participarem na Semana Cultural.

Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, deu por encerrados os trabalhos da Assembleia de Freguesia, eram 23 horas.

O Presidente da Assembleia de Freguesia,

(Dr. Nuno Albino dos Santos Morado Leite)